



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Aos três dias do mês de abril de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Dulce Maria Cruz Castanho;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador António Manuel Jesus Ferreira dos Santos comunicou que, por razões profissionais, não poderia estar presente na reunião de hoje, pelo que foi substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do PSD, Sr.ª Dulce Maria Cruz Castanho.

A Sr.ª Maria João Santos Roldão Gomes encontra-se a substituir o Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado, que apresentou pedido de suspensão de mandato, apreciado na reunião de 20/03/2014.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 7, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE MARÇO DE 2014
3. REQ. N. 328/14, DATADO DE 06/03/2014 – PC N.º 64/14, DATADO DE 06/03/2014 – BRITOMOLDES - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA.

4. REQ. N. 451/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 327/12, DATADO DE 09/11/2012 – SEVLAIRES - PLÁSTICOS, LDA
5. REQ. N. 395/14, DATADO DE 18/03/2014 – PC N.º 189/11, DATADO DE 16/05/2011 – MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO
6. REQ. N. 379/14, DATADO DE 14/03/2014 – PC N.º 22/14, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS
7. REQ. N. 381/14 , DATADO DE 14/03/2014 – PC N.º 54/14 , DATADO DE 21/02/2014 – FÁBIO SILVA SANTOS
8. REQ. N. 363/14, DATADO DE 12/03/2014 – PC N.º 34/14, DATADO DE 03/02/2014 – JOÃO CARLOS ANJOS LOPES
9. REQ. N. 369/14, DATADO DE 13/03/2014 – PC N.º 71/14, DATADO DE 13/03/2014 – MARIA RAQUEL SANTOS SOUSA DUARTE
10. REQ. N. 362/14, DATADO DE 12/03/2014 – PC N.º 157/10, DATADO DE 26/07/2010 – ROSALINA SANTOS CARVALHO
11. REQ. N. 411/14, DATADO DE 20/03/2014 – PC N.º 450/13, DATADO DE 05/12/2013 – RUI MANUEL FERREIRA GOMES
12. REQ. N. 433/14, DATADO DE 26/03/2014 – PC N.º 91/14, DATADO DE 26/03/2014 – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE ANTÓNIO DIAS DA COSTA
13. REQ. N. 299/14, DATADO DE 28/02/2014 – PC N.º 284/11, DATADO DE 26/07/2011 – CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA.
14. REQ. N. 692/13, DATADO DE 08/05/2013 – PC N.º 111/11, DATADO DE 04/04/2011 – ISABEL CRISTINA REIS SILVA
15. REQ. N. 405/14, DATADO DE 19/03/2014 – PC N.º 148/12, DATADO DE 22/05/2014 – JOSÉ DINIS PEREIRA
16. REQ. N. 1590/13, DATADO DE 04/10/2013 – PC N.º 74/2013 , DATADO DE 04/03/2013 – ELIA LOPES MIGUEL
17. REQ. N. 428/14, DATADO DE 25/03/2014 – PC N.º 88/14, DATADO DE 25/03/2014 – FERNANDO JOSÉ PAIVA DA SILVA CRUZ
18. REQ. N. 1268/13, DATADO DE 13/08/2013 – PC N.º 370/12, DATADO DE 19/12/2012 – SILVIA MARIA JERÓNIMO CALADO

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

19. REQ. N. 390/14, DATADO DE 17/03/2014 – PC N.º 146/09, DATADO DE 26/06/2009 – RUI MANUEL VENDEIRINHO FRANCISCO
20. REQ. N. 432/14, DATADO DE 25/03/2014 – PC N.º 447/06, DATADO DE 11/07/2006 – HOTÉIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
21. REQ. N. 455/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 453/07, DATADO DE 29/06/2007 – HOTÉIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
22. REQ. N. 459/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 102/14 , DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
23. REQ. N. 462/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 105/14 , DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
24. REQ. N. 458/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 101/14 , DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
25. REQ. N. 460/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 103/14, DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
26. REQ. N. 463/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 106/14, DATADO DE 31/03/2014 – EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
27. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.
28. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA.
29. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
30. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO
31. DOAÇÃO DE LIVROS À BIBLIOTECA MUNICIPAL.
32. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS
33. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – ANO DE 2014

### **34. RESUMO DE TESOUREARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **ALTERAÇÃO DO DIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17/04/2014**

O Sr. Presidente comunicou a todos os presentes a necessidade de antecipar para o dia 16/04/2014 a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, atendendo a que o dia 17 é quinta-feira Santa e a sexta-feira seguinte é feriado, o que reduz os prazos para remessa dos documentos para a sessão de abril da Assembleia Municipal.

**Considerando os motivos apresentados, que mereceram a concordância de todos os presentes, foi alterado o dia da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, que se realizará no dia 16/04/2014, quarta-feira, às 09:30 horas.**

**Esta alteração foi comunicada pessoalmente a todos os membros do executivo presentes nesta reunião, bem como por protocolo.**

#### **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA - CONVITE PARA ALMOÇO**

O **Sr. Presidente** deu conhecimento do e-mail enviado pelo Presidente da Direção da Associação Cultural e Recreativa da Comeira, em que convida todo o executivo para o almoço de lançamento da primeira pedra, a realizar na coletividade, no dia 6 de abril, com concentração junto às obras a partir das 12:30 horas, seguindo-se o almoço, às 13:00 horas. O Sr. Presidente disse que estará ausente.

Os **Srs. Vereadores Paulo Vicente e Vítor Pereira** também estarão ausentes, uma vez que já tinham agendada a sua presença noutra colectividade (Casa Águia, em Vieira de Leiria).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

**Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.**

**Inscreveu-se para ser atendido o seguinte munícipe:**

**1 - Sr. Ernesto Conceição Silva**, residente na Travessa dos Pimentas, n.º 9 - Engenho, Marinha Grande, que uma vez mais, por não se considerar esclarecido, se inscreveu para expor os seguintes assuntos, que já apresentou nas reuniões do dia 20 de fevereiro e 6 de março:

- a) Repavimentação de parte da Travessa dos Pimentas, devido ao facto de os serviços da Câmara terem procedido à ligação de água a duas novas moradias, sendo para tal necessário abrir o pavimento da referida travessa, não sendo depois feita a repavimentação;
- b) Receita e distribuição do IRS entregue à autarquia;
- c) Aspetos técnicos do IMI de que a autarquia dispõe e deles deve dar conhecimento à repartição de finanças local.

Quando usou da palavra, o **Sr. Ernesto Silva** referiu o seguinte:

- ⇒ Que é inacreditável como os Municípios da bacia hidrográfica do Lis não consigam, ao longo destes 40 anos, ter estas zonas limpas. Agora, com as últimas chuvas, lá veio outra vez toda a porcaria dos porcos, afetando gravemente toda a população da Vieira.
- ⇒ Perguntou quando fica resolvido o problema da pavimentação da Travessa dos Pimentas.
- ⇒ Sobre o IMI referiu que no nosso concelho temos uma taxa baixa, 0,3, mas pretende que seja de 0,2, uma vez que está preocupado com o fim do período de salvaguarda. Disse que a Câmara de Lisboa sempre está a fazer alguma coisa, pois faz 20% de desconto para senhorios. Entende que deverá ser a ANMP a tentar junto do Governo alterar esta lei, que é vergonhosa.
- ⇒ Recordando a situação ocorrida com a presença de arsénio na água da freguesia de Vieira de Leiria, perguntou se as águas estão a ser tratadas e onde pode consultar as análises.
- ⇒ Pediu ainda esclarecimento sobre a situação de uma família de cidadãos deste concelho que está sem água.

**Terminada a intervenção do público seguiram-se as intervenções do executivo.**

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** perguntou se existe uma tarifa social para o fornecimento de água, quais os critérios para atribuição e se houve cortes a famílias carenciadas, uma vez que leu um artigo no jornal Expresso sobre este assunto.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que existe uma discriminação positiva no tarifário de água para famílias numerosas, desempregados e reformados, e que estão a ser deferidos estes pedidos. Relativamente aos cortes disse que está a ser autorizado o pagamento das dívidas em prestações e que ainda não foi indeferido qualquer pedido,

salientando que o pequeno comércio e as pequenas indústrias estão a ser contemplados num plano de pagamento. O abastecimento de água só está a ser cortado a quem não vem aos serviços resolver a situação.

**Respondendo ao Sr. Ernesto Silva, o Sr. Vereador informou o seguinte:**

- ⇒ Que com a evolução da suinicultura nos concelhos vizinhos o Rio Lis foi sendo poluído ao longo dos anos. Nos últimos anos foram dados passos significativos para a sua despoluição, com a construção da ETAR Norte, no Coimbrão, mas os suinicultores não cumpriram com a sua parte, pois tinham que construir uma ETAR para fazer a ligação e isso não foi feito. Apesar de tudo a situação evoluiu favoravelmente, tanto que já há uns anos que não há mortandade de peixes, o que não significa que não haja poluição e que não se esteja atento. Na próxima semana a Associação de Regantes vai realizar em Monte Real um seminário para tratar dos rombos ocorridos nos leitos do rio, motivados pela intempérie deste inverno. A Câmara da Marinha Grande, em conjunto com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, vai reabilitar a margem do rio e o seu desassoreamento, provocado pelo inverno.
- ⇒ Sobre as análises da água, informou que há um plano sistemático do seu controle, que é fiscalizado pela ERSAR, e as nossas águas estão boas. Por vezes surgem incumprimentos pontuais que são resolvidos de imediato.
- ⇒ Respondendo à situação sobre cidadãos sem água, informou que se trata de um agregado familiar de Picassinos, em situação clandestina, por falta da licença de habitabilidade, mas que apesar disso a Câmara irá fornecer a água. O problema é a distância para levar a água à habitação. A rede vai ser alargada, com a abertura de um concurso, com o valor base de 3.000€, para servir um só agregado familiar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** saudou a nova Vereadora bem como todos os presentes. Referiu que apesar das melhorias, o alerta do Sr. Ernesto tem significado, pois tem-se assistido ao longo dos anos a situações até de má utilização de dinheiros públicos. A grande responsabilidade é do poder central, mas o poder local deve dar alguns sinais de que está descontente, pois o concelho da Marinha Grande, e em particular a Vieira de Leiria, estão a ser muito penalizados, daí que entenda que hoje, ou noutro dia, se deva tomar qualquer posição.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Informou que os Municípios da Batalha, Leiria e Marinha Grande vão aprovar um projeto para tornar as margens do Rio Lis, da nascente à Foz, circuláveis, e pode ser que venha melhorar as suas condições. Entende que é preciso que surja um Secretário de Estado ou um Ministro com vontade de resolver o problema e que convença as pessoas que muito lucro têm a abdicar de alguma parte.
- ⇒ Sobre o IMI disse que não conhece nenhuma Câmara que tenha uma taxa abaixo de 0,3, porque a lei não o permite. A Câmara do Porto baixou porque tinha uma taxa

mais alta. A Câmara da Marinha Grande não recebeu aumento da receita de IMI e não se espera que aumente.

- ⇒ Relativamente às análises de água informou que elas sempre foram feitas dentro da lei.
- ⇒ Referiu, em relação à pavimentação da Travessa dos Pimentas, que já foi respondido.

**Considerando que as outras questões foram respondidas pelo Sr. Vereador Paulo Vicente, o Sr. Presidente deu por terminado o período de intervenção do público, seguindo-se as intervenções do período de antes da ordem do dia.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Apresentou a sugestão que se passa transcrever:

*“Sugestão:*

***Melhoria da área circundante do Ponto Novo***, em colaboração com os Serviços Florestais, para lhe conferir a função de miradouro e voltar a ser um dos locais de atração turística da Mata Nacional.

*Vários motivos justificam esta ação, nomeadamente:*

*O projeto do posto de vigia do Ponto Novo, bem como os da Crastinha e do Facho são da autoria de um marinhense, o Eng.º Silvicultor Mário dos Santos Galo, sendo consideradas das primeiras construções em betão armado do país, constituindo uma arquitetura inovadora para a época (1937).*

*Consta do Percorso Pedestre PR3 como ponto de interesse.*

*Pensamos que os caminhos circundantes continuam a vir mencionados no mapa da Federação Portuguesa de Orientação.*

*Ações a executar:*

*Corte das acácias que tapam a vista panorâmica. Sobre esta tarefa, que só pode ser executada pelos Serviços Florestais, já conversámos com a Eng.ª Rita Gomes, que está de acordo em colaborar.*

*Recuperação de parte da vedação.*

*Reconstrução do mapa que estava na base de pedra existente e que foi destruído.”*



- ⇒ Perguntou, em relação às árvores cortadas junto ao cemitério, se já foi avaliada a madeira, e se o ajardinamento da zona está a ser feito pela Câmara ou por empresa e qual o seu valor.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira deu as boas vindas a todos, saudando especialmente a vinda de mais uma Senhora Vereadora. De seguida abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Perguntou se a situação do jazigo está resolvida.
- ⇒ Sobre a situação atual do mercado municipal referiu que o inverno está a ser mais longo do que o normal e é extremamente desagradável estar lá para vendedores e compradores, especialmente junto das portas, pelo que propôs, até haver novo mercado, a colocação de um corta-vento na entrada, para aumentar ou dar algum conforto a quem está junto da porta norte. Pediu que se estude e verifique se é possível.
- ⇒ Disse o seguinte:

*"Em 22 de Março último, a MOLDATA enviou um mail para todos os membros deste executivo, manifestando-se preocupada por não obter respostas a um requerimento apresentado em Junho passado. A empresa, instalada na ZI da Vieira, entregou à Câmara em Junho de 2013 um requerimento onde solicitava, a isenção total ou parcial do pagamento do IMT, assim como do IMI, dum lote de terreno que adquiriu.*

*A empresa refere que aquando da aquisição das primeiras instalações no ano de 2011, também na mesma zona industrial, a CMMG argumentou para não isentar a Moldata do pagamento de qualquer imposto, o facto de as instalações serem adquiridas em leasing. Agora não havendo locadora envolvida entende a empresa não haver esse impedimento.*

*Em termos genéricos a nova lei das finanças locais (lei 73/2013, no número 2 do art.º 16.º) prevê a possibilidade de isenção. Cada Câmara definirá a estratégia para realizar, se assim entender, dado que a lei prevê um "pode" e não um "deve". O que é importante é garantir a equidade na aplicação de eventuais isenções. Assim,*

- 1. Gostaria de saber qual a política do município relativamente a este tipo de situação, isto é, se há prática de isenção parcial/total e qual a fundamentação que sustenta esta decisão.*
- 2. Queria ainda que esclarecesse se houve algum problema administrativo para que não fosse apreciado e decidido este requerimento, dado que passaram nove meses e a empresa continua sem receber qualquer resposta. Como tenho repetidamente afirmado, mesmo que não tenham uma decisão definitiva respondam aos munícipes."*

**A Sr.ª Vereadora Dulce Castanho agradeceu a todos a forma como a receberam e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Apresentou a questão que lhe foi colocada por um munícipe, relativa à Rua das Chedas, em Vieira de Leiria, cujo pavimento tem muitas raízes e está intransitável, pelo que pede que a estrada seja reparada, tal como tinha sido prometido.
- ⇒ Questionou, atendendo a que estamos próximo da época de verão, se há algum plano da Proteção Civil para prevenção dos fogos neste verão.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho saudou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Disse que acolheu com muito interesse a sugestão da Sr.ª Vereadora Maria João, até porque tem o pelouro do Turismo.
- ⇒ Seguidamente apresentou uma Moção em defesa do Tribunal da Marinha Grande, cujo conteúdo se passa a reproduzir, e que mereceu desde logo a concordância de todos:

*“MOÇÃO CONTRA O NOVO MAPA JUDICIÁRIO*

*EM DEFESA DO TRIBUNAL JUDICIAL DA MARINHA GRANDE*

*O Decreto-Lei 49/2014 de 27 de Março aprovado pelo Governo PSD/CDS-PP, veio estabelecer o regime aplicável à organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais, regulamentando a Lei 62/2013 de 26 de Agosto. De tal diploma resulta o encerramento de 20 tribunais e a conversão de 27 tribunais em “secções de proximidade”, sendo criados 27 grandes tribunais distribuídos pelas 18 capitais de distrito.*

*No que diz respeito ao Município da Marinha Grande, deixa de existir a Comarca de Marinha Grande, e o nosso Tribunal é transformado numa “Secção de instância local do Tribunal de Comarca de Leiria”, passando a ter apenas competência genérica.*

*Isto significa que na Marinha Grande apenas podem ser julgadas causas que não estejam atribuídas a outra secção da instância central ou tribunal de competência territorial alargada, e acções declarativas cíveis de processo comum de valor igual ou inferior a € 50.000,00. Os processos crime da competência do Tribunal Colectivo e de Júri deixam, igualmente, de aqui ser tramitados e julgados.*

*Deste novo mapa judiciário, resulta para a Marinha Grande que, todos os assuntos relacionados com Família e Menores que ocorram no Concelho, bem como todas as execuções, passem a ser tramitados e julgados na instância local de Pombal (sendo certo que, quanto às execuções, o diploma refere que, transitoriamente, decorrerão em Ansião!). Mais resulta que todos os processos relativos a insolvências e outros de natureza comercial, decorrem em Leiria.*

*O Tribunal da Marinha Grande, perde, assim, muitas das suas valências, passando a esmagadora maioria dos julgamentos, a ser realizados fora do Concelho, afectando a vida*

*económica e social da população. Acaba a relação de proximidade entre o cidadão e a justiça, e o Tribunal da Marinha Grande acabará, inevitavelmente, por fechar.*

*Esta reforma viola o princípio constitucional do acesso ao Direito e aos Tribunais e está a ser realizada à revelia das autarquias, das populações, dos magistrados, dos advogados e de outras classes representativas do sector da justiça. Este Governo despreza, assim, os interesses das populações, tornando a justiça ainda mais onerosa ao cidadão.*

*Assim, a Câmara Municipal da Marinha Grande, reunida em 3 de Abril de 2014, decide:*

- Manifestar a sua total discordância com o teor da Lei de Organização do Sistema Judiciário aprovada pelo Governo PSD/CDS-PP;*
- Manifestar o seu total repúdio por esta política de sistemático esvaziamento de serviços públicos fundamentais às populações;*
- Desenvolver todas as acções ao seu alcance pela manutenção do Tribunal de Comarca da Marinha Grande, com todas as suas valências;*

*Esta moção, aprovada por unanimidade, deverá ser publicitada nos órgãos de comunicação social da região, bem como remetida para a Assembleia Municipal da Marinha Grande, à Associação Nacional de Municípios, aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e à CIMRL.*

*Marinha Grande, 3 de Abril de 2014”*

#### **Depois de apresentada a Moção, seguiram-se alguns comentários.**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comentou, dizendo que é uma situação lamentável, com as consequências que traz às pessoas, representando mais uma forma de centralizar tudo.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** referiu que se trata de uma machadada na nossa autonomia judiciária, com critérios incompreensíveis, questionando se não haverá possibilidade de fazer uma reunião com os grupos parlamentares, para que possamos manifestar de uma forma mais veemente a nossa discordância.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** informou que os grupos parlamentares do PCP e do PS vão suscitar a discussão no Parlamento. A ANMP está a acompanhar, havendo municípios que até já avançaram com providências cautelares, para impedir a aplicação da lei, que ocorrerá em setembro de 2014.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que esta questão é política pura e dura, e são os efeitos da política nacional a fazer-se sentir a nível local. Mais uma vez o Governo, sem ouvir ninguém, vai tomando decisões que a todos prejudicam, e quem tem mais condições económicas vai ter direito a mais justiça e os outros não. Também aqui se está a aumentar

e a agravar as desigualdades, com o aumento de custos, com um aumento de eficácia duvidosa. A medida não é isolada, visa a destruição do poder local democrático e a proximidade do poder com as populações, terminando com os Tribunais de Comarca e das próprias Câmaras Municipais. O quadro legal que é imposto mês após mês às autarquias é o impedir do seu funcionamento (concretizou com exemplos). Esta lei é um ataque pontual e corrosivo ao poder local que temos hoje em dia.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** mencionou que o executivo permanente já discutiu este assunto. Concorde com tudo o que foi dito e só lamenta que este Governo nos premeie, nos 40 anos do 25 de abril, com a retirada de direitos às pessoas e desrespeito total para com os eleitos e as populações que os elegeram.

O **Sr. Presidente** referiu que esta é uma posição unânime do executivo permanente. Trata-se, mais uma vez, de um ataque aos advogados, pelos grandes escritórios de advocacia do País, são eles que mais uma vez nos levam o principal bolo do orçamento do Estado, pois a despesa neste sector aumentou. Informou que ontem foi assinado o acordo com os dois sindicatos da Administração Local, para a manutenção das 35 horas semanais, pois é a única maneira que a Câmara Municipal da Marinha Grande tem para valorizar o trabalho. Concorde com esta Moção e está disposto a apresentá-la onde for necessário. Os deputados do PS e PCP, a ANMP e até a CIMRL estão dispostos a lutar.

A **Sr.ª Vereadora Dulce Castanho** disse que subscreve na íntegra a Moção, e que esta medida é mais uma afronta ao que se passa no nosso concelho.

**Posta à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.**

**Depois da votação da Moção, seguiram-se as respostas às questões colocadas pelos Srs. Vereadores no período de antes da ordem do dia.**

**O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte, no âmbito das suas áreas de atuação:**

- ⇒ Madeira das árvores – o nosso Eng.º Florestal avaliou-a e vai ser alienada por ajuste direto.
- ⇒ Ajardinamento – é feito pelos nossos serviços e as espécies são do nosso próprio horto. As magnólias já tinham sido adquiridas no ano passado, e destinavam-se a substituição.
- ⇒ Mercado – aceita a sugestão do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e vai ver a possibilidade de a executar.
- ⇒ Rua das Chedas – o saneamento do Alto da Valeira para o Boco está para avançar, pelo que poder-se-ão retirar as raízes, mas é preciso que os proprietários dos

pinheiros guardem a distância em relação à estrada. Esta situação está a ser vista com o Presidente da Junta de Freguesia.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Está a ser tratada a época dos fogos, já houve uma reunião aqui, houve uma em Leiria, com os serviços de Proteção Civil distrital, e verificou com agrado que a circulação nos 3 pontos se faz com relativa facilidade, apesar das deslocações de fim de semana com jipes e motos, e que constituem um grande negócio. A vigilância nos pontos é garantida pela GNR, que está a pedir a colocação de wc's nesses pontos. A casa e a vedação do Ponto Novo foram completamente destruídas, tal como também são destruídas as mesas que estão na mata.
- ⇒ Jazigo – pensa dar resposta na próxima reunião, pois neste momento já lhe chegou a informação dos serviços.
- ⇒ Moldata – já tem o processo para análise, e a política é a mesma do passado, ou seja, não dar este benefício, tal como não foi dado a outras empresas. Este pedido teria que ir depois à Assembleia Municipal, e já lá foram alguns e foram sempre recusados. Na próxima reunião o assunto virá à Câmara.
- ⇒ Proteção Civil – tem havido várias reuniões, com a participação das várias entidades, deixando aqui um agradecimento ao Eng.º Rui Giestas, que tem colaborado ativamente com a Câmara.

**O Sr. Presidente prestou ainda as seguintes informações:**

- ⇒ Comunicação da ANMP sobre a Entidade Reguladora dos Resíduos.
- ⇒ Inauguração de exposição da Câmara Municipal da Marinha Grande, em Leiria, feita pelos funcionários da nossa Câmara, pelo que quem não a visitou aqui poderá visitá-la lá.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 7, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE MARÇO DE 2014**

291 - Presente a ata n.º 7, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de março de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Dulce Castanho.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente solicitou a apreciação e votação imediata do ponto 30 da ordem do dia, tendo em conta a necessidade da sua aprovação antes dos Protocolos de Cooperação e Apoio Financeiro a celebrar com as Associações de Bombeiros da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, o que mereceu a concordância de todos os membros do executivo.

**30 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO**

292 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LPCA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, LPCA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LPCA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente aos contratos identificados consubstancia a assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

**A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 532.585,14 euros, por antecipação da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis e da renda de concessão a pagar pela EDP e a arrecadar no decorrer do ano de 2014, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

**estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**3 - REQ. N. 328/14, DATADO DE 06/03/2014 – PC N.º 64/14, DATADO DE 06/03/2014 – BRITOMOLDES - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA.**

293 - Presente pedido com o registo n.º 328/14, datado de 6/03/2014 relativo ao **pedido de informação prévia para instalação de uma unidade industrial do tipo 2, num terreno sito na Rua da Zona Industrial, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1301 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 447, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 64/14, com data de entrada de 06/03/2014, apresentado por Britomoldes - Fabricação e Comercialização de Moldes Metálicos, Lda., com o NIPC 507 127 870, com sede na Rua da Sede, n.º 3, lugar de Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande;**  
Presente informação técnica, datada de 31/03/2014, que atesta ser viável o pedido em causa;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

- 1. Informar, nos termos do disposto no artigo 16º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ser viável a operação de instalação de uma unidade industrial do tipo 2, num terreno sito na Rua da Zona Industrial, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1301 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 447, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 64/14, com data de entrada de 06/03/2014, apresentado por Britomoldes - Fabricação e Comercialização de Moldes Metálicos, Lda., com o NIPC 507 127 870, com sede na Rua da Sede, n.º 3, lugar de Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

2. Informar que o local se encontra dotado de infraestruturas de abastecimento de água, rede de drenagem de esgotos domésticos com um diâmetro de 200 mm e de drenagem de esgotos pluviais, com um diâmetro de 400 mm.
3. Informar que o processo de comunicação prévia a apresentar, nos termos do disposto no artigo 35º do RJUE deverá ser antecedido da obtenção, junto da respetiva entidade coordenadora do licenciamento industrial, da decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização prévia, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 17º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto.
4. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14º, deverá igualmente notificar-se da presente deliberação o titular da parcela a que se reporta o presente pedido, Troca Virtual, Lda, com o NIPC 510 007 317, com sede na Rua de Leiria, loja D, Embra, Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 451/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 327/12, DATADO DE 09/11/2012 – SEVLAIRES - PLÁSTICOS,LDA**

294 - Presente pedido com o registo n.º 451/14, datado de 28/03/2014 relativo a **pedido de informação prévia para legalização de alterações e ampliação de uma unidade industrial** existente na Rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19913 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19837-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 327/12, com data de entrada de 09/11/2012, apresentado por **Sevlares - Plásticos,Lda.**, com o NIPC 502 320 222, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 31/03/2014, que atesta ser viável o pedido em causa.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**Informar, nos termos do disposto no artigo 16º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ser viável a operação de legalização de alterações e ampliação de uma unidade industrial existente na rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19913 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19837-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 327/12, com data de entrada de 09/11/2012, apresentado por Sevlares - Plásticos,Lda., com o NIPC 502 320 222, com sede na rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.**



Mais delibera informar que o processo de comunicação prévia a apresentar, nos termos do disposto no artigo 35º do RJUE deverá ser antecedido da obtenção, junto da respetiva entidade coordenadora do licenciamento industrial, da decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização prévia, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 17º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 395/14, DATADO DE 18/03/2014 – PC N.º 189/11, DATADO DE 16/05/2011 – MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO**

295 - Presente processo n.º 189/11 referente ao licenciamento da **construção de um edifício habitacional** com três fogos, nos prédios com 72,00 m2, 45,00 m2, 40,30 m2 e 65,70 m2, registados na conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3449, 3450, 3451 e 3452 e inscritos na matriz sob os n.ºs 3794, 1721, 1830 e 1831, respetivamente, sítos na Praia da Viera, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, apresentado por **MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO**, com o NIF 129110957, residente na Rua do Silêncio, n.º 3, lugar de Covão dos Mendes, freguesia e concelho de Pombal. Presente parecer técnico, datado de 2014/03/19, que atesta estar o projeto em condições de aprovação com condicionalismos.

**Após análise do pedido de licenciamento da construção de um edifício habitacional com três fogos, nos prédios com 72,00 m2, 45,00 m2, 40,30 m2 e 65,70 m2, registados na conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3449, 3450, 3451 e 3452 e inscritos na matriz urbana sob os n.ºs 3794, 1721, 1830 e 1831, respetivamente, sítos na Praia da Viera, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, apresentado por MANUEL DOMINGUES SANTOS CRAVO, com o NIF 129110957, residente na Rua do Silêncio, n.º 3, lugar de Covão dos Mendes, freguesia e concelho de Pombal, bem como da informação técnica de 2014/03/19, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:**

**Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:**

- 1- Termo de responsabilidade do coordenador de projeto que ateste a compatibilidade entre os projetos, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2- Esquema de chaminés de ventilação e exaustão de fumos ou gases de combustão/esquema de apanha fumos das cozinhas;**
- 3- Ficha estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

4- Planta do piso 1 do Plano de Acessibilidade em conformidade com a componente arquitetura.

5- Projetos das especialidades, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 379/14, DATADO DE 14/03/2014 – PC N.º 22/14, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS**

296 - Presente requerimento n.º 379/14, datado de 2014/03/14, constante do processo camarário n.º 22/14, subscrito por **Rodrigo Alves Lavos**, NIF N.º 125683120, com residência na Rua Principal n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “**Legalização da alteração e ampliação de habitação, comércio e anexo**”, existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.774 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/03/19.

**Após análise do pedido de licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de habitação, comércio e anexo”, existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19774 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 22/14, com data de entrada em 2014/01/22, apresentado por RODRIGO ALVES LAVOS, NIF n.º 125683120, residente na Rua Principal n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o projeto de arquitetura, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 381/14 , DATADO DE 14/03/2014 – PC N.º 54/14 , DATADO DE 21/02/2014 – FÁBIO SILVA SANTOS**

297 - Presente pedido com o registo n.º 381/14, datado de 14/03/2014 relativo a **legalização de ampliação e alteração ao uso de edifício para habitação e serviços – gabinete de estética**, no edifício sito na Rua do Lavadouro, n.º 20-A, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 796 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 593, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 54/14, com data de entrada de 21/02/2014, apresentado por **Fábio Silva Santos**, com o NIF 208 584 293, residente na Rua do Lavadouro, n.º 20-A, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 28/03/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de ampliação e alteração ao uso de edifício para habitação e serviços – gabinete de estética**, no edifício sito na Rua do Lavadouro, n.º 20-A, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 796 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 593, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 54/14, com data de entrada de 21/02/2014, apresentado por **Fábio Silva Santos**, com o NIF 208 584 293, residente na Rua do Lavadouro, n.º 20-A, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N. 363/14, DATADO DE 12/03/2014 – PC N.º 34/14, DATADO DE 03/02/2014 – JOÃO CARLOS ANJOS LOPES**

298 - Presente requerimento n.º 363/14, datado de 2014/03/12, constante do processo camarário n.º 34/14, subscrito por **João Carlos Anjos Lopes**, com o NIF n.º 113644582, residente na Herdade, Sertã, 6100-650 Sertã, referente ao **pedido de licenciamento da “Legalização de ampliação e alteração de moradia e anexos”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o

n.º 1879 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2921, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/03/19, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/03/24, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Legalização de ampliação e alteração de moradia e anexos*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1879 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2921, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 34/14, com data de entrada em 2014/02/03, apresentado por João Carlos Anjos Lopes, com o NIF n.º 113644582, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 369/14, DATADO DE 13/03/2014 – PC N.º 71/14, DATADO DE 13/03/2014 – MARIA RAQUEL SANTOS SOUSA DUARTE**

299 - Presente pedido com o registo n.º 369/14, datado de 13/03/2014 relativo ao licenciamento de uma estrutura residencial para idosos, num edifício existente na avenida José Gregório n.º 112, Engenho, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4040 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7153, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 71/14, com data de entrada de 13/03/2014, apresentado por **Maria Raquel**

**Santos Sousa Duarte**, com o NIF 134651804, residente na rua do Sol, n.º 80, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 27/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo ao licenciamento de uma estrutura residencial para idosos, num edifício existente na avenida José Gregório n.º 112, Engenho, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4040 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7153, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 71/14, com data de entrada de 13/03/2014, apresentado por **Maria Raquel Santos Sousa Duarte**, com o NIF 134651804, residente na Rua do Sol, n.º 80, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande. **Mais delibera informar a requerente do seguinte:**

**1 -** Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

**2 -** Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

**3 -** Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 362/14, DATADO DE 12/03/2014 – PC N.º 157/10, DATADO DE 26/07/2010 – ROSALINA SANTOS CARVALHO**

300 - Presente requerimento n.º 362/14, datado de 2014/03/12, constante do processo camarário n.º 157/10, subscrito por **ROSALINA SANTOS CARVALHO**, NIF 181576511, com residência na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 75, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o **licenciamento da “Legalização de alteração e ampliação de moradia”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 75, lugar de

Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 60 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10696, da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/03/26, a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização de alteração e ampliação de moradia*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 75, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 60 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10696, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 157/10, com data de entrada em 2010/07/26, apresentado por ROSALINA SANTOS CARVALHO, com o NIF 181576511, com residência na Rua Sociedade Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 75, lugar de Camarnal, freguesia de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:**

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N. 411/14, DATADO DE 20/03/2014 – PC N.º 450/13, DATADO DE 05/12/2013 – RUI MANUEL FERREIRA GOMES**

301 - Presente pedido de licenciamento de ampliação e alteração da moradia, sita na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sítias, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no Lote n.º 2, constituído ao abrigo do alvará de loteamento n.º 21/1981, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9745 e na matriz urbana

sob o n.º 18933-P, com processo n.º 450/13, com data de entrada de 2013/12/05, apresentado por **RUI MANUEL FERREIRA GOMES**, com o NIF 181576929, residente na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sítias, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente projeto de estabilidade, bem como elementos instrutórios da componente de arquitetura do processo.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2014/03/26 e de 2014/03/27, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

**Após análise do pedido de licenciamento de ampliação e alteração da moradia, sita na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sítias, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no Lote n.º 2, constituído ao abrigo do alvará de loteamento n.º 21/1981, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9745 e na matriz urbana sob o n.º 18933-P, com processo n.º 450/13, com data de entrada de 2013/12/05, apresentado por RUI MANUEL FERREIRA GOMES, com o NIF 181576929, residente na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sítias, freguesia e concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado em reunião de câmara de 2014/01/09 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE - DEFERIR o mesmo.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 433/14, DATADO DE 26/03/2014 – PC N.º 91/14, DATADO DE 26/03/2014 – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE ANTONIO DIAS DA COSTA**

302 - Presente pedido de **licenciamento de obra de demolição** de uma moradia e anexos, sita na Rua do Vale, lugar de Águas de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1500 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11827 e e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7326, com o n.º de processo 91/14, com data de entrada de 2014/03/26, apresentado por **MARIA ALICE RODRIGUES MORAES DA COSTA**, com o NIF 126444781, residente na Dr. Agostinho Tinoco,

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

n.º 1 - R/Ch Esq., Leiria, na qualidade de CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE ANTONIO DIAS DA COSTA, com o NIF 740786024.

Presente parecer técnico, datado de 2014/03/28, que atesta encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido com condicionalismo.

Após a análise do pedido de licenciamento de obra de demolição da moradia e anexos, sita na Rua do Vale, lugar de Águas de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1500 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11827 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7326, com o n.º de processo 91/14, com data de entrada de 2014/03/26, apresentado por MARIA ALICE RODRIGUES MORAES DA COSTA, com o NIF 126444781, residente na Dr. Agostinho Tinoco, n.º 1 - R/Ch Esq., Leiria, na qualidade de CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE ANTONIO DIAS DA COSTA, com o NIF 740786024 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo de apresentação de termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra, nos termos descritos na alínea c) do n.º 13.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos.

3 - Nos termos do disposto no artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande -RMEUMMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

4- Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD) e efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, de acordo com o modelo constante do anexo II, parte integrante do diploma referido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 299/14, DATADO DE 28/02/2014 – PC N.º 284/11, DATADO DE 26/07/2011 – CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA.



303 - Presente requerimento n.º 299/14, datado de 2014/02/28, constante do processo camarário n.º 284/11, subscrito por CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA., com o NIPC n.º 501221387, com sede na Rua 1.ª de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao aditamento ao projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da *“Legalização da ampliação de unidade industrial”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua 1.ª de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 909 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16764 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/03/26, que refere que o aditamento ao projeto de arquitetura anteriormente aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2013/01/24, não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do aditamento ao projeto de arquitetura constante do pedido de licenciamento da *“Legalização da ampliação de unidade industrial”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua 1.ª de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 909 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16764 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 284/11, com data de entrada em 2011/07/26, apresentado por CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA., com o NIPC n.º 501221387, com sede na Rua 1.ª de Janeiro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/03/26, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o aditamento ao projeto de arquitetura não se encontrar apto a merecer aprovação, baseado nos termos do n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, por ausência de arruamento na frente do prédio ao longo da extrema confinante com a linha férrea.

Esta situação poderá ser revista, caso o requerente em sede de audiência prévia, conforme prevê o art. 25.º do mesmo diploma legal, *“...se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos.”*. Para o efeito, deverá apresentar um processo de obras de urbanização que contemple a execução das obras necessárias a dotar o prédio em causa das infraestruturas atualmente em falta, nomeadamente a execução do prolongamento da Rua 1.ª de Janeiro, ao longo da extrema do prédio confinante com a linha férrea, por forma a salvaguardar, de futuro, a continuidade desse arruamento. Deverá ainda, previamente à elaboração do referido projeto, consultar os serviços técnico da Câmara Municipal da Marinha Grande, de forma a obter os elementos e informações necessárias à sua elaboração.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade, devendo o Sr. Presidente da Câmara convocar todos os Srs. Vereadores para estarem presentes na reunião de audiência prévia.**

**14 - REQ. N. 692/13, DATADO DE 08/05/2013 – PC N.º 111/11, DATADO DE 04/04/2011 – ISABEL CRISTINA REIS SILVA**

304 - Presente processo n.º 111/11, referente a pedido de licenciamento de obras de alteração e de ampliação de moradia e licenciamento de obras de demolição de parte do anexo, erigidos no prédio com 358 m2, sito na Rua Santo António de Platina, n.º 630, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5690 e na matriz urbana sob o n.º 5201, apresentado por **ISABEL CRISTINA REIS SILVA**, com o NIF 201968410, residente na Rua Santo António de Platina, n.º 630, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria. Presente parecer técnico, datada de 2014/03/17, que refere que a última versão do projeto, apresentado em fase de audiência prévia, mantém a intenção de ampliação da área de construção da moradia, o que significa um índice de construção bruto de 0.77, largamente superior ao valor máximo de 0.5 fixado no n.º 9 do artigo 5º do Plano Diretor Municipal de Marinha Grande (PDMMG) para o local, mantendo-se as razões de facto e de direito que estão na base da proposta de indeferimento.

**Após análise do pedido de licenciamento de obras de alteração e de ampliação de moradia e licenciamento de obras de demolição de parte do anexo, erigidos no prédio com 358 m2, sito na Rua Santo António de Platina, n.º 630, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5690 e na matriz urbana sob o n.º 5201, apresentado por ISABEL CRISTINA REIS SILVA, com o NIF 201968410, residente na Rua Santo António de Platina, n.º 630, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2014/03/17, e uma vez que o interessado, depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, apresentou alterações ao projeto que mantém a intenção da ampliação da área de construção da moradia, o que significa um índice de construção bruto de 0.77, largamente superior ao valor máximo de 0.5 fixado no n.º 9 do artigo 5º do Plano Diretor Municipal de Marinha Grande (PDMMG) para o local, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto violar o n.º 9 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG, por exceder o valor máximo de 0.5 de índice de construção bruto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - REQ. N. 405/14, DATADO DE 19/03/2014 – PC N.º 148/12, DATADO DE 22/05/2014 – JOSE DINIS PEREIRA**

305 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 868/12, n.º 1370/12, n.º 852/13 e n.º 405/14, registados em 2012/05/22, 2012/08/17, 2012/06/05/e 2014/03/19, respetivamente, processo n.º 148/12, a solicitar o **licenciamento de alterações da moradia (legalização), construção de anexo (legalização) e construção de um muro (legalização)**, no prédio com 373 m2, sito na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11951 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12101, apresentado por **JOSE DINIS PEREIRA**, com o NIF 127932178, residente na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4 - R/C, lugar de Ordem, em Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 2014/03/26, que refere que as alegações apresentadas pelo titular do pedido não se revestem de fundamento de facto e de direito que permita reverter o projeto de indeferimento do pedido.

**Após análise do pedido de licenciamento de alterações da moradia (legalização), construção de anexo (legalização) e construção de um muro (legalização), no prédio com 373 m2, sito na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11951 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12101, com o processo n. 148/12, com data de entrada de 22/05/2012, apresentado JOSE DINIS PEREIRA, com o NIF 127932178, residente na Rua Cosme Ribeiro, n.º 4 - R/C, lugar de Ordem, em Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2014/03/26, e uma vez que o interessado depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia apresentou alegações que não traduzem a adequação do projeto aos normativos legais que lhe são aplicáveis, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR o mesmo, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura violar as seguintes regras legais e regulamentares aplicáveis:**

**1- Artigo 5º n.º 8 do Regulamento do PDMMG, por o anexo aliado à moradia licenciada pelo PC n.º 654/1988, apresentarem cerca de 1,01 de índice bruto de construção, excedendo largamente o índice bruto de construção de 0,6 fixado no PDMMG o para o local;**

**2- Prever a utilização de telha de *Lusalite* na cobertura, telha que contém fibras de amianto, substância proibida pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva n.º 1999/77/CE de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação e da utilização de algumas substâncias perigosas.**

**Delibera ainda informar que, por lapso, foi indicado na Deliberação da Reunião de Câmara de 2014/02/20, o processo camarário n.º 654/1998, quando, em verdade, a obra**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

**licenciada referente à construção da moradia respeita ao processo camarário n.º 654/1988.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REQ. N. 1590/13, DATADO DE 04/10/2013 – PC N.º 74/2013 , DATADO DE 04/03/2013 – ELIA LOPES MIGUEL**

**Assunto retirado da ordem do dia.**

**17 - REQ. N. 428/14, DATADO DE 25/03/2014 – PC N.º 88/14, DATADO DE 25/03/2014 – FERNANDO JOSÉ PAIVA DA SILVA CRUZ**

306 - Presente pedido com o registo n.º 428/14, datado de 25/03/2014 relativo ao licenciamento da instalação de um aerogerador e da respetiva torre de suporte, no prédio misto registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 405 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 373 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1594, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 88/14, com data de entrada de 25/03/2014, apresentado por **Fernando José Paiva da Silva Cruz**, com o NIF 147 489 636, residente na ua 1ª de Dezembro, n.º 47, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;  
Presente informação técnica, datada de 27/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento da instalação de um aerogerador e da respetiva torre de suporte, no prédio misto registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 405 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 373, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 88/14, com data de entrada de 25/03/2014, apresentado por Fernando José Paiva da Silva Cruz, com o NIF 147 489 636, residente na rua 1ª de Dezembro, n.º 47, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REQ. N. 1268/13, DATADO DE 13/08/2013 – PC N.º 370/12, DATADO DE 19/12/2012  
– SILVIA MARIA JERÓNIMO CALADO**

307 - Presente processo de licenciamento de construção de um muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 370/12, registado em 19/12/2012, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Fetos, lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9975, apresentado por SILVIA MARIA JERÓNIMO CALADO, com o NIF 195483049, com residência na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 10/01/2013.

Presente informação técnica datada de 28/03/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para apresentação dos projetos de especialidades, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:**

**- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 10/01/2013, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de muro de vedação a que foi atribuído o número de processo 370/12, registado em 19/12/2012, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Fetos, lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.975;**

**- A titular do processo de licenciamento SILVIA MARIA JERÓNIMO CALADO, com o NIF 195483049, com residência na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo nosso ofício n.º 48/13, datado de 16/01/2013 e rececionado em 21/01/2013, sobre o deferimento do projeto de arquitetura do pedido de licenciamento formulado;**

- O prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, para que sejam apresentados os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra terminou em 21/07/2013;
- O prazo de suspensão previsto no n.º 6 do mesmo artigo e diploma legal terminou em 21/01/2014.

Delibera, NOTIFICAR a requerente para, nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de um muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 370/12, registado em 19/12/2012, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Fetos, lugar de Figueiras, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9975, apresentado por SILVIA MARIA JERÓNIMO CALADO, com o NIF 195483049, com residência na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo de licenciamento, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - REQ. N. 390/14, DATADO DE 17/03/2014 – PC N.º 146/09, DATADO DE 26/06/2009 – RUI MANUEL VENDEIRINHO FRANCISCO**

308 - Presentes alegações, proferidas em sede de audiência prévia, com registo de entrada n.º 390/14, de 17 de março de 2014, apresentadas por Rui Manuel Vendeirinho Francisco, com o NIF 169131050, residente na Rua de Angola n.º 39, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 146/09, referentes à intenção, por parte da Câmara Municipal, de declarar a caducidade da licença concedida para executar um muro de vedação da sua propriedade, sita na Rua João Fresco, lugar Pedra de Baixo, freguesia e concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou as referidas alegações e considerando que:

- O interessado, Rui Manuel Vendeirinho Francisco com o NIF 169131050, residente na Rua de Angola n.º 39, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 146/09, foi notificado em 19-11-2009, da decisão final de deferimento

do pedido de licenciamento, datada de 03-08-2009, proferida pelo então vereador responsável pela área do urbanismo, paisagismo, planeamento e ordenamento do território, referente à obra de construção de um muro de vedação, a levar a efeito num prédio misto localizado na Rua João Fresco, lugar da Pedra de Baixo, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10874 e na matriz sob os artigos 6753 e 6754;

- Sobre a data da notificação daquela decisão, o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja até 20-11-2010 - n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro;

- Este prazo foi automaticamente duplicado por aplicação do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março;

- O interessado tinha até ao dia 20-11-2011 para requerer a emissão do alvará, o que não fez;

- De acordo com o n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, o decurso desse prazo tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística;

- Reunidas as condições legais, a Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 20-02-2014, comunicar ao interessado a sua intenção de declarar a caducidade da referida licença, para que em sede de audiência prévia se pronunciasse sobre essa deliberação;

- O interessado apresentou as suas alegações tendo referido que o ofício que se destinava a informá-lo do deferimento da sua pretensão, e da obrigação de requerer o respetivo alvará de licença foi rececionado pela sua filha e que nessa altura se encontrava no estrangeiro, pelo que não teve conhecimento do seu conteúdo;

- Não obstante os motivos alegados não poderem serem considerados relevantes, por o interessado se considerar regularmente notificado na pessoa da sua filha, a Câmara Municipal tem vindo a deliberar, nos procedimentos de controlo prévio que estão apenas dependentes da emissão do alvará de licença, não declarar a caducidade;

- Concorrem para a tomada deste tipo de decisão não só interesses de ordem pública, que se pretendem preservar, como o correto ordenamento do território, mas também fatores de ordem socioeconómica, como os gastos acrescidos que os particulares teriam de assumir e suportar, com a apresentação de um novo pedido de licenciamento, num contexto de grave crise económica em que os orçamentos familiares têm sofrido reduções drásticas;

Delibera, em homenagem ao princípio da igualdade, NÃO DECLARAR A CADUCIDADE da licença concedida, em 03-08-2009, a Rui Manuel Vendeirinho Francisco, com o NIF 169131050, residente na Rua de Angola n.º 39, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 146/09, referente à obra de construção de um muro de vedação, a levar a efeito num prédio localizado na Rua João Fresco, lugar da Pedra de Baixo, freguesia e concelho da Marinha Grande, mantendo-se assim os efeitos da dita licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

**20 - REQ. N. 432/14, DATADO DE 25/03/2014 – PC N.º 447/06, DATADO DE 11/07/2006 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.**

309 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 432/14 de 25/03/2014, de HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A., com o NIPC 500944814, com sede em Rua de Leiria, n.º 112, freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o complexo turístico objeto de alterações licenciadas no âmbito do processo n.º 447/06.

Presente parecer técnico datado 27/03/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Marginal, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A., com sede em Rua de Leiria, n.º 112, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - REQ. N. 455/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 453/07, DATADO DE 29/06/2007 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

310 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 455/14 de 28/03/2014, de HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A., com o NIPC 500944814, com sede em Rua de Leiria, n.º 112, freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a unidade hoteleira objeto de alterações ao quarto andar licenciadas no âmbito do processo n.º 453/07.

Presente parecer técnico datado 28/03/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Avenida Marginal, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A., com sede em Rua de Leiria, n.º 112, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - REQ. N. 459/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 102/14 , DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

311 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com o registo de entrada n.º 459/14, datado de 31/03/2014, para execução de trabalhos referentes a abertura de vala, para execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua Álvaro Cunhal, n.º 17, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/02/2014, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que sobre ela recaiu, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, NOTIFICAR o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, em sede de AUDIENCIA PREVIA, o que se lhe oferecer, sobre intenção de indeferir o pedido, tendo em conta que o pavimento encontra-se em bom estado de conservação sem cortes ou reparações, devendo, por isso, ser encontradas soluções alternativas para a execução dos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - REQ. N. 462/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 105/14 , DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

312 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com o registo de entrada n.º 462/14, datado de 31/03/2014, para execução de trabalhos referentes a abertura de vala, para execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua 43, n.º 4, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/02/2014, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

*“O pavimento da faixa de rodagem é em betuminoso e encontra-se em bom estado de conservação. Este arruamento foi alvo de beneficiação profunda que conduziu à reformulação integral dos pavimentos no âmbito da execução das obras de urbanização do processo de loteamento n.º 378/09. Foi também no âmbito das obras de urbanização deste loteamento que foi executada a rede de gás do arruamento. Assim (...) não se deve autorizar corte do betuminoso neste arruamento.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**24 - REQ. N. 458/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 101/14 , DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

313 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 458/14, datado de 31/03/2014, apresentado por **Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A.**, para abertura de vala em 9,00 metros de betuminoso e 7,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 170 (Gaeiras) e Rua das Laranjeiras, n.º 11 (Engenho)**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/02/2014, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 9,00 metros de betuminoso e 7,00 metros de calçada, apresentado por Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A., para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 170 (Gaeiras) e Rua das Laranjeiras, n.º 11 (Engenho), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**25 - REQ. N. 460/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 103/14, DATADO DE 31/03/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

314 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 460/14, datado de 31/03/2014, apresentado por **Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A.**, para abertura de vala em 19,50 metros de betuminoso e 11,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em várias ruas do concelho, designadamente, **Rua de Alvaizere, n.º 17, n.º 19 e n.º 21; Rua Circular, n.º 71; Rua da Beira Baixa, n.º 46; Rua do Algarve, n.º 4; Rua Moinho da Amélia, n.º 22, R/C, n.º 22, 1.º; n.º 25 e n.º 29; e Rua do Jardim, n.º 1**, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 05/03/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 19,50 metros de betuminoso e 11,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em várias ruas do concelho, designadamente, Rua de Alvaiázere, n.º 17, n.º 19 e n.º 21; Rua Circular, n.º 71; Rua da Beira Baixa, n.º 46; Rua do Algarve, n.º 4; Rua Moinho da Amélia, n.º 22, R/C, n.º 22, 1.º; n.º 25 e n.º 29; e Rua do Jardim, n.º 1, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**26 - REQ. N. 463/14, DATADO DE 31/03/2014 – PC N.º 106/14, DATADO DE 31/03/2014 – EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**

315 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 463/14, datado de 31/03/2014, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 13,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Vale das Noras, lugar de Pilado, freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 25/02/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 13,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Vale das Noras, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**APOIO FINANCEIRO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE E DE VIEIRA DE LEIRIA**

Durante a apreciação destes pontos, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se o protocolo não pode ter, na cláusula 10.ª, uma duração para anos seguintes.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu dizendo que teria que vir no orçamento de 2015, para os anos de 2016 e 2017. Neste momento, para se fazer isso, tinha que haver primeiro uma alteração ao orçamento.

O **Sr. Presidente** referiu que os Bombeiros sabem que pelo menos vão receber o mesmo que têm recebido. Neste momento era impossível fazer isso porque se ia atrasar ainda mais o pagamento. A Câmara vai ter que refletir melhor, para que as coisas se possam passar de outra maneira, com um protocolo adicional, que aqui está já previsto, porque não havendo bombeiros voluntários terá que haver bombeiros profissionais, que custarão muito mais.

A Câmara autorizou a realização da feira de Abril, mas algumas das pessoas que pretendiam convidar já estavam comprometidas e não poderão vir. A Câmara não vai indemnizar, mas comprometeu-se a autorizar a realização da feira para o próximo ano.

Sobre as camaratas informou que entregaram as especialidades na 2.ª feira, e agora vieram pedir mais 15 dias.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que importa esclarecer se a não realização da feira de Abril teve diretamente a ver com a resposta tardia da Câmara.

O **Sr. Presidente** respondeu que pensa que não, tanto que os patrocinadores passaram um cheque de 5.000€. Sabe que irão ser colocados mais alguns divertimentos, pelos quais receberão 1.500€.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que disse aos bombeiros que eles próprios não rentabilizam os serviços que prestam a quem os pode pagar. Tem que se dignificar e valorizar o trabalho que prestam à população.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que não fazem a feira há 3 ou 4 anos, e é claro que têm que fazer contactos antecipadamente, e com a decisão na última semana de março com certeza que os divertimentos já estão cativados, e ainda bem que os bombeiros agora já sabem que podem fazer a feira em 2015. Entende que foi uma questão de timing, que a Câmara não deve indemnizar e foi pena não terem recebido esse dinheiro.

**Terminadas as intervenções, foram postas à votação as seguintes propostas:**

**27 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.**

316 - Considerando que o Protocolo de Cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande cessou em 31 de dezembro de 2013.

Considerando que se justifica um reforço dos apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando que este esforço adicional deve ser acompanhado de uma previsão expressa de articulação com o serviço municipal de proteção civil.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, que se dá por reproduzido.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA.**

317 - Considerando que o Protocolo de Cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria cessou em 31 de dezembro de 2013.

Considerando que se justifica um reforço dos apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando que este esforço adicional deve ser acompanhado de uma previsão expressa de articulação com o serviço municipal de proteção civil.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, que se dá por reproduzido.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **29 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

318 - A Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

-Licença especial de ruído, para realização de espetáculo de Karaoke no dia 4 de abril de 2014;

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 do Engenho, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

-Licença especial de ruído, para realização da festa da Primavera, no dia 5 de abril de 2014;

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

-Licença especial de ruído para os espetáculos do “Aquático Show”, junto ao estádio municipal, no período de 17 a 20 de abril de 2014;

-Licença para instalação e funcionamento de recinto itinerante, junto ao estádio municipal, no período de 14 a 21 de abril de 2014;

Presentes informações nºs 13/AF, 14/AF e 15/AF de 31 de março de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 do Engenho, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído e da licença de instalação e funcionamento de recinto itinerante.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

**30 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO**

**Assunto apreciado e votado no início da reunião.**

**31 - DOAÇÃO DE LIVROS À BIBLIOTECA MUNICIPAL.**

319 - Presente carta com registo de entrada n.º 2.172, de 13.03.2014, da Sr.ª D. Olinda do Rosário Silva, residente na Rua 18 de janeiro, n.º 17, Marinha Grande, em que afirma ser *"(...) proprietária de um conjunto de livros, encadernados e em bom estado de conservação, que pertenciam ao espólio pessoal do Sr. Joaquim Quintela (proprietário da Papelaria Lux), e que pretende oferecer à Biblioteca Municipal."*

Presente Informação interna N.º I/467/2014, de 24.03.2014, apresentada por Rosa Vaz, Técnica Superior da Área das Bibliotecas, através da qual é confirmado o bom estado de conservação e a relevância da doação, em especial, do conjunto de obras da autoria de António de Campos Júnior.

Presente, despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira, manifestando disponibilidade e interesse em receber o referido espólio e de submeter o assunto a deliberação de Câmara.

**A Câmara Municipal analisou a documentação e no uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aceitar a doação, devendo os livros integrar o espólio documental da Biblioteca Municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**32 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS**

320 - A Câmara Municipal adquiriu recentemente novos artigos de artesanato para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

- Os Museus municipais são geridos pela Câmara Municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Caixa cinza de 6 palitos de vidro (B.V)	12,196 €	14,63 €	3,37 €	18,00 €
Caixa negra de 6 palitos de vidro (B.V)	12,196 €	14,63 €	3,37 €	18,00 €
Caixa vermelha de 6 palitos de vidro (B.V)	12,196 €	14,63 €	3,37 €	18,00 €
Cristo mini (M.M.)	9,50 €	12,36 €	2,84 €	15,20 €
Jarra mocho 21cm ref.ª 2414 (T.)	8,50 €	12,76 €	2,94 €	15,70 €
Colar coração (T.)	6,50 €	9,76 €	2,24 €	12,00 €
Colar redondo (T.)	6,50 €	9,76 €	2,24 €	12,00 €
Anel retangular (T.)	2,50 €	5,00 €	1,15 €	6,15 €
Anel redondo (T.)	2,50 €	5,00 €	1,15 €	6,15 €
Pulseira (T.)	4,00 €	8,01 €	1,84 €	9,85 €
Jarra gatinho 21cm ref.ª 2374P (T.)	8,50 €	12,76 €	2,94 €	15,70 €
Relógio gatinho 21cm (T.)	11,00 €	15,45 €	3,55 €	19,00 €
Mini mocho com clip ref.ª 2425 (T.)	6,50 €	9,76 €	2,24 €	12,00 €
Jarra mocho 21cm ref.ª 2414 (T.)	8,50 €	12,76 €	2,94 €	15,70 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

No âmbito desta deliberação, a **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** sugeriu à Câmara a execução de uma peça tipo *ex-libris* do Museu, barata, para que as crianças das excursões que nos visitam possam comprar, para levar e espalhar o nome do Museu.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**, com este pelouro, tomou nota da sugestão.

### **33 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – ANO DE 2014**

321 - Presente informação n.º 412/2014, de 13/03/2014, na qual se dá conta que a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, pretender retomar o Programa de Atividade Física na 3.ª Idade, tendo como parceiros as diversas Coletividade/Associações do Concelho, sendo assim solicita-se a aprovação das Normas de funcionamento para a adesão a iniciativa Municipal no ano de 2014.

Considerando a atividade física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos.

Considerando que a existência de um Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade, permite regular a candidatura e funcionamento desta Atividade.

Considerando ainda que o Programa visa a criação de um suporte para um bom dinamismo e justa atribuição dos respetivos subsídios.

Considerando que os municípios possuem atribuições no domínio dos tempos livres e desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**A Câmara apreciou a informação anexa, considerando a atividade física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos, e considerando as normas de funcionamento uma suporte para um bom dinamismo e justa atribuição dos respetivos subsídios, delibera no uso de competência na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Programa de Funcionamento do Programa de Atividade Física a 3.ª Idade para o ano de 2014 (Anexo 1).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Aquando da discussão deste ponto a **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** levantou as seguintes questões:

- O calendário de candidatura do Programa de Actividade Física da 3ª Idade foi amplamente e atempadamente divulgado?
- Porque é que o valor atribuído é igual para todas as entidades?
- Não existe um critério de atribuição de discriminação positiva (número de utentes ou de classes, número e tipo de actividades)?

**A resposta foi dada pelo Sr. Vereador Vítor Pereira.**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** concordou com a Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, e sugeriu ainda que o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição presta. Acrescentou que não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.

### **34 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dois de abril de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.722.746,74 €** (quatro milhões, setecentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e seis euros e setenta e quatro centimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**322 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:**

**35. REQ. N. 454/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 109/12, DATADO DE 16/04/2012 – SUN HUIQUN – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR AUTOBETONEIRA E AUTOBOMBA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

**36. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**35 - REQ. N. 454/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 109/12, DATADO DE 16/04/2012 – SUN HUIQUN – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR AUTOBETONEIRA E AUTOBOMBA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

323 - Presente pedido, datado de 28-03-2014, com o registo de entrada n.º 454/14, apresentado por Sun Huiqun, residente na Rua António Campos Júnior, n.º 15, 1.º direito, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a ocupação da Rua Ferreira Custódio, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com uma autobetoneira e autobomba, para enchimento de placa na operação urbanística, com alvará de licença n.º 9/14.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Presente despacho n.º 96/2014, datado de 02-04-2014, emitido pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da competência conferida pelo n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a autorizar a referida ocupação.

**A Câmara Municipal apreciou o pedido apresentado por Sun Huiqun, residente na Rua António Campos Júnior, n.º 15, 1.º direito, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a ocupação da Rua Ferreira Custódio, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com uma autobetoneira e autobomba, para enchimento de placa na operação urbanística, com alvará de licença n.º 9/14, bem como o despacho do Presidente da Câmara n.º 96/14, datado de 02 de abril, que autorizou, ao abrigo da competência conferida pelo n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a dita ocupação - que se dá aqui por integralmente reproduzido e que se anexa - e concordando com os fundamentos de facto e de direito nele invocados, delibera, ao abrigo do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, ratificá-lo, dando-se assim por cumprida a imposição legal constante do n.º 3 do citado artigo 35.º.**

**A presente ratificação retroage os seus efeitos à data da prática do referido despacho – n.º 4 do artigo 137.º CPA.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira apresentou a proposta que se passa a reproduzir:**

**36 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014**

Desde o início deste mandato que tenho sido claro quanto ao que considero importante na política municipal de apoio ao investimento às actividades que se revestem de especial interesse económico e social, na minha perspectiva, aquelas que integram uma natureza industrial, comercial ou outra de especial relevância. Dei nota disso em diversos momentos salientando aquele que antecedeu a discussão dos instrumentos de gestão, designadamente o orçamento municipal, onde considerei que deveria ser contemplada a renovação do programa para o ano em curso.

Se o objectivo deste programa é o de «...facilitar e promover o investimento privado», criar condições favorecedoras para a criação e ampliação da actividade económica neste concelho, ele deve ser mais abrangente e não se reduzir apenas a apoios a um dos domínios da actividade, o industrial.

Neste âmbito, tendo em conta que:

1. O espírito dos benefícios deste programa é o de:
  - a. intervir adoptando medidas que facilitem e promovam o investimento privado;
  - b. incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande;

- c. criar postos de trabalho.
- 2. Os benefícios a conceder aos/as beneficiários/as são:
  - a. a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas em função do número de postos de trabalho criados;
  - b. estabelecer um prazo reduzido para apreciação e decisão de todas as operações urbanísticas que visem a concretização de investimentos de desenvolvimento económico;
  - c. assumir os encargos com a execução dos ramais domiciliários de água e águas residuais.
- 3. O enquadramento deste programa tem a ver com as dificuldades económicas e sociais do momento e com o propósito de facilitar o desenvolvimento económico, com a construção de operações urbanísticas que possam ser reconhecidos como de especial interesse social e económico;

Proponho que:

- 1. Sejam apoiadas todos/as os/as que pretendem desenvolver actividades que cumpram os requisitos estabelecidos, a graduação estabelecida e que se revistam de especial interesse económico e social.
- 2. Proponho que o programa passe a designar-se “*Programa de Apoio ao investimento económico no concelho de Marinha Grande: 2014*”.
- 3. Que o programa passe a ter a redacção do documento em anexo.
- 4. Que a proposta seja aprovada em reunião dos órgãos executivo e deliberativo do Município e produza efeitos a 1 de Maio, data a partir da qual já terá ido à próxima reunião ordinária da assembleia municipal.

Marinha Grande, 28 de Março 2014

O Vereador

Aurélio Ferreira

### **Anexo**

#### **PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO ECONÓMICO NO CONCELHO DE MARINHA GRANDE: 2014**

Marinha Grande – Concelho económico: uma marca de referência

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante criar incentivos à criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe nas vertentes em que pode intervir adoptar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

Não se pretende, por escapar ao âmbito de intervenção municipal, suprir todas as dificuldades existentes, essa responsabilidade cabe ao Governo, designadamente criando condições para a obtenção de financiamento por parte das empresas.

O programa de apoio ao investimento económico visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e simultaneamente a criarem emprego.

Nestes termos, é prioritária a criação de um programa de apoio ao investimento económico no concelho da Marinha Grande, que concede aos/às beneficiários/as a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza económica e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

Na mesma linha, estabelece-se um prazo reduzido para apreciação e decisão de todas as operações urbanísticas que visem a concretização de investimentos de natureza económica.

A Câmara Municipal assume, ainda, os encargos com a execução dos ramais domiciliários de água e águas residuais.

## **1. Isenção ou redução de taxas pela realização de operações urbanísticas**

### **1.1. Enquadramento da isenção ou redução de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas**

O artigo 119.º, n.º 3, alíneas f) e g), do Regulamento municipal da edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção ou a redução até 50 % das taxas pela realização de operações urbanísticas a indústrias e armazéns que venham a ser reconhecidos como de especial interesse social e económico, a unidades hoteleiras ou outras de interesse turístico assim reconhecidas, bem como as que a Câmara Municipal considerar enquadráveis no âmbito deste programa.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, continua a agravar-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e, conseqüentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflecte necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão

no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequam-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a criação de benefícios, com carácter temporário, que visam fomentar, na medida do possível a criação de emprego e o desenvolvimento económico.

### **1.2. Termos**

A isenção ou redução de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se à instalação, remodelação ou ampliação de unidades económicas que se revistam de especial interesse social e económico.

O especial interesse social e económico das unidades económicas é mensurado directamente através da criação de postos de trabalho e indirectamente em função do valor global do investimento.

A atribuição dos benefícios é efetuado em função de uma graduação do número de postos de trabalho a criar no concelho da Marinha Grande.

Consideram-se ainda postos de trabalho a criar no concelho da Marinha Grande aqueles que resultem da transferência de actividades de outras áreas territoriais.

A graduação é a seguinte:

De 3 a 10 postos de trabalho: 50 % de redução
De 11 a 15 postos de trabalho: 75 % de redução
Mais de 15 postos de trabalho: Isenção total

Em qualquer caso, os/as beneficiários/as gozam de isenção da taxa devida por ocupação de espaço público, durante o período estritamente necessário à execução das operações urbanísticas.

### **2. Prazos de decisão**

Os processos que tenham por objecto operações urbanísticas destinadas à instalação ou ampliação de unidades económicas devem ser apreciados no prazo máximo de 8 dias, em cada uma das fases a que estão sujeitos.

No prazo indicado não se considera o período de tempo necessário à apresentação de elementos em falta.

### **3. Encargos com ramais domiciliários**

Os promotores de investimentos abrangidos pelo presente programa não suportam os encargos relativos à execução dos ramais domiciliários de água e de águas residuais.

#### 4. Condicionalidade

A criação dos postos de trabalho contratualizados deve ser comprovada através de documento do Instituto da Segurança Social, no prazo de um mês a contar da data de início efectivo da laboração, e no fim do período a que o apoio respeita.

As medidas de apoio ao investimento estão sujeitas à condição de manutenção dos postos de trabalho criados pelo período de um ano.

A não comprovação ou a redução do número de postos de trabalho contratualizados implica o pagamento do montante correspondente à isenção ou redução concedidas, acrescido de juros de mora.

#### 5. Prazo

O presente programa de apoio ao investimento económico vigora até ao dia 31 de Dezembro de 2014.

O programa de apoio ao investimento económico abrange todas as operações urbanísticas em que não tenha sido ainda emitido o alvará de construção.

#### 6. Contratualização

Os/as benefícios/as decorrentes do programa de apoio ao investimento económico são formalizados por escrito.

Depois de apresentar a proposta, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que o seu espírito foi agarrar no programa que está feito e aprovado e adaptá-lo.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que não tem dúvidas, a competência não é da Assembleia Municipal, a proposta não identifica claramente as actividades económicas abrangidas e coloca no mesmo patamar muitas actividades que têm diferentes impactos no tecido empresarial. Deixa de lado algumas actividades chamadas “sazonais”, em que o posto de trabalho não é por um ano. Não há uma justificação plausível para os benefícios e o pequeno comércio não é abrangido nesta proposta. Acha que é uma forma populista de isentar tudo e todos, retirar receitas à Câmara, é diferente do que foi aprovado e não visa criar riqueza no concelho. A proposta que foi aprovada é mais benéfica para o concelho porque potencia o tecido empresarial e a criação de postos de trabalho no concelho. Por isto irá votar contra.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** entende que há coisas que mereciam melhor ponderação. Relembrou que o desenvolvimento económico era o primeiro ponto do programa do seu partido, mas não se pode cair numa situação de desigualdade de alguns sectores. É difícil estar a isentar todo um sector da vida económica da nossa sociedade e não ter medidas



para outro sector, quando as famílias estão com tantas dificuldades. O apoio à actividade empresarial tem que ser bem ponderado mas não está de acordo com o isentar de tudo e todos. A proposta para a actividade hoteleira não é tão favorável como a do RMEU. O nosso comércio é meramente familiar, e o que se está aqui a propor é o apoio ao grande comércio e grandes superfícies, é por isso mais uma machadada no pequeno comércio. Deverá também ser ponderado o benefício a empresas que não têm sede social no concelho. Esta proposta, pura e dura como está, não merece o seu apoio, embora comungue de alguma da sua filosofia. Ainda não viu ninguém como os Vereadores da CDU a pedirem para serem revistos os valores das taxas e licenças. Há que encontrar justiça social, pois uma coisa é o apoio à actividade industrial outra é dar tudo, e não podemos, porque a actividade pública precisa. Uma coisa é o apoio, outra é a subsidiação, que é aquilo que o Vereador Aurélio defende.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** referiu que a isenção que se concede no início vai ser compensada com o pagamento dos impostos, desde que a empresa tenha sede social no concelho. Isto é chamar empresas para o concelho, e seria correto se não estivéssemos num contexto de crise e mudança do tecido industrial, que é cada vez mais agravado por medidas do Governo central, as empresas têm dificuldades e assistimos a muitas falências. Não lhe repugna alargar o espectro das empresas que vão beneficiar do apoio, desde que os impostos sejam pagos no concelho.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou até onde vai o alargar, e se, no caso do comércio, vai até às superfícies comerciais

A **Sr.ª Vereadora Maria João** respondeu que é a favor de abrir o leque, desde que crie riqueza, postos de trabalho e paguem os impostos no concelho.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que os princípios do programa que existe, que foi aprovado e com o qual todos estão de acordo, estão na sua proposta, ou seja, incentivar a actividade privada, incentivar o investimento no concelho, criar postos de trabalho. Estas são as regras, e qualquer empresa que se enquadre nestes critérios deve ser apoiada. Seguidamente demonstrou que o argumento apresentado sobre as vantagens dos benefícios do RMEU não colhe.

Terminou referindo que em relação ao programa aprovado retirou a exclusividade da indústria e colocou o apoio à economia. Este é o princípio, independentemente do que se fabrica.

O **Sr. Presidente** referiu que poderá fazer uma reunião, para discutir este programa, porque na altura tinha-se falado que se iria mexer no programa, pelo que propôs não votar a proposta hoje, retirá-la, e tendo em conta a realidade do concelho, fazer uma reunião com todos para discutir este assunto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que aceita, pois o que mais lhe interessa é o consenso, apenas gostava que a data ficasse já definida.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/04/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 08

Assim, e com a concordância de todos, ficou definido realizar no próximo dia 09/04/2014, 4.ª feira, às 17:00 horas, uma reunião de trabalho com todo o executivo, de modo a colher os contributos de todos com vista a uma alteração mais consensual.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

324 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião